

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2025

O MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE - RS, torna pública a abertura da Dispensa de Licitação nº 015/2025, de acordo com o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de instrutor de escolinha de futebol. O serviço deve ser prestando semanalmente em dois turnos, sendo 1h30mim no turno da manhã e 2 horas no turno da tarde, em dia ser definido pela Secretaria Municipal de Educação. A empresa deverá atender 50 crianças/adolescentes do Município de Cacique Doble-RS, de acordo com o Termo de Referência, disponível no site oficial: https://caciquedoble.rs.gov.br.

Interessados podem apresentar propostas até às 17h do dia 25 de março de 2025, através do e-mail <u>adm@caciquedoble.rs.gov.br</u> ou entregar em mãos no setor de Licitações do Município.

Mais informações: fone (54) 3552 - 1244, e-

mail: adm@caciquedoble.rs.gov.br

Cacique Doble/RS, 20 de março de 2025.

Marcio Caprini
Prefeito Municipal



DISPENSA 015/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E VALORES DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de instrutor de escolinha de futebol. O serviço deve ser prestando semanalmente em dois turnos, sendo 1h30mim no turno da manhã e 2 horas no turno da tarde, em dia ser definido pela Secretaria Municipal de Educação. A empresa deverá atender 50 crianças/adolescentes do Município de Cacique Doble-RS. Conforme descrição e quantidades abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO MENSAL R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de instrutor de escolinha de futebol. O serviço deve ser prestando semanalmente em dois turnos, sendo 1h30mim no turno da manhã e 2 horas no turno da tarde, em dia ser definido pela Secretaria Municipal de Educação. A empresa deverá atender até 50 crianças/adolescentes do Município de Cacique Doble-RS.	12 meses	800,00	9.600,00

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação que ora se pretende realizar está integralmente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP em anexo, o qual detalhou minuciosamente os requisitos necessários e outros elementos pertinentes ao objeto, fazendo-se integral referência ao mesmo.



2.2. Após análises e estudos dos serviços presentes no mercado nacional, elaborouse as especificações técnicas apresentadas acima, considerando as necessidades da Secretaria.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **3.1**. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com critério de julgamento por menor preço global.
- 3.2. Para o fornecimento o município estará aberto ao recebimento de propostas.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. A gestão do contrato será feita pela Servidora Suzana Mezzalira e a fiscalização do objeto por Juliana Mikeli Peruzzolo.

5. CRITÉRIOS DE ENTREGA E DE PAGAMENTO

- **5.1.** A entrega dos serviços deverá se dar de forma gradativa, a iniciar em até 05 dias da assinatura do contrato.
- **5.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **5.3.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do processo de dispensa e do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **5.4.** O pagamento deverá ser efetuado, até o quinto dia útil do mês subsequente da prestação do serviço mediante apresentação de nota fiscal.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

6.1. Será adquirido do fornecedor apresentar a proposta com menor valor, desde que detenha os seguintes documentos de habilitação:

Habilitação Jurídica:

- **a.1)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- **a.2)** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- **a.3)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- **a.4)** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- **a.5)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- **a.6)** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971.
- **a.7)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

b) Regularidade Fiscal:

- **b.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **b.2)** Cédula de identidade do(s) diretor(es)ou proprietário(s);
- **b.3)** Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita federal do Brasil;
- **b.4)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- **b.5)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda



Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante; e,

b.6) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

c) Regularidade Trabalhista:

c.1) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1° de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), em seu prazo de validade.

d) Qualificação Econômico-Financeira:

d.1) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

e) Demais Documentos:

- e.1.) Declaração Conjunta, assinada pelo proprietário ou representante legal, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública; que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021; que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista; que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração; e, que se vencedora do processo licitatório, possui disponibilidade para realizar a entrega dos produtos no prazo previsto).
- e.2.) A empresa deverá comprovar que possui em seu quadro societário profissional com licenciatura em educação fisíca e que possua registro no Sindicato dos Treinadores Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul.
- 6.2. A documentação citada no item 7 deverá ser enviada juntamente com a proposta até o dia 25/03/2025 para o email adm@caciquedoble.rs.gov.br ou entregue pessoalmente no Setor de Licitações do Município.



7. PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

- **7.1.** As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências destecertameserão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.
- **7.2.** O preço ofertado não poderão exceder o constantes neste Aviso, devendo obedecer ao valor estipulado pela Administração.
- **7.3.** No valor da proposta deverão estar inclusos todo e qualquer custo extra oriundo da contratação, inclusive tributos, impostos e valores para deslocamento para prestação do serviço.
- 7.4. Caso o Município não receba nenhuma proposta adicional após transcorrido o prazo previsto neste Aviso de Dispensa, o mesmo poderá contratar com o orçamento de menor valor apurado na fase inicial do processo, desde que a empresa apresente toda documentação de habilitação exigida neste aviso.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor máximo total aceito é de **R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)**, (sendo que os valores unitários estão descritos no item 01 deste termo).

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- **9.1.** São obrigações da empresa contratada:
- **9.1.1.** Garantir que os instrutores tenham experiência no ensino de futebol para a faixa etária de crianças e adolescentes.
- **9.1.2.** Certificar-se de que os instrutores estejam atualizados e possuam conhecimentos em primeiros socorros.
- **9.1.3.** Planejar e estruturar as aulas de futebol conforme a metodologia pedagógica adequada.
- **9.1.4.** Cumprir rigorosamente a carga horária: 1h30min no turno da manhã e 2h no turno da tarde.
- **9.1.5.** Ministrar as aulas nos dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- **9.1.6.** Adotar medidas de segurança para garantir o bem-estar dos alunos durante as aulas.

- **9.1.7.** Seguir as normas de segurança aplicáveis às atividades com crianças e adolescentes.
- **9.1.8.** Cumprir as horas estabelecidas de 1h30min no turno da manhã e 2h no turno da tarde.
- **9.1.9.** Garantir pontualidade no início e término das aulas, conforme cronograma definido.
- **9.1.10.** Entregar relatórios à Secretaria Municipal de Educação, conforme a frequência estabelecida no contrato.
- **9.1.11.** Substituir imediatamente instrutores ausentes, garantindo a continuidade das aulas.
- **9.1.12.** Observar e seguir todas as normas legais e regulamentações relacionadas à segurança, saúde e bem-estar dos alunos.
- **9.1.13.** Garantir a qualidade contínua das aulas, realizando ajustes conforme necessário.
- **9.1.14.** Atender prontamente a solicitações da Secretaria Municipal de Educação para melhorias no serviço.
- **9.1.15.** Manter comunicação constante com a Secretaria Municipal de Educação para alinhar as atividades com as necessidades da comunidade escolar.
- **9.1.16.** Participar de reuniões de acompanhamento e feedback, quando solicitadas.
- **9.1.17.** Garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição social, recebam tratamento igualitário nas atividades.
- **9.1.18.** Promover a inclusão e respeito à diversidade durante as aulas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **10.1.** São Obrigações do Município:
- **10.1.1.** Estabelecer os dias e horários das aulas, conforme a disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação, garantindo que o cronograma seja cumprido pela contratada.
- **10.1.2.** Fornecer o local apropriado para a realização das aulas de futebol, com infraestrutura adequada (campo de futebol, vestiários, etc.), conforme as necessidades do serviço.



- **10.1.3.** Garantir que o espaço esteja em boas condições de uso e seguro para a prática esportiva.
- **10.1.4.** Realizar o acompanhamento contínuo das atividades, garantindo que as aulas estejam sendo ministradas conforme o planejamento e a qualidade acordada.
- **10.1.5.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada, com a realização de visitas periódicas, se necessário.
- **10.1.6.** Fornecer à contratada as informações necessárias sobre as crianças/adolescentes atendidos (como quantidade de alunos, necessidades especiais, etc.) para o adequado planejamento das aulas.
- **10.1.7.** Manter comunicação constante com a empresa contratada, garantindo o alinhamento das atividades.
- **10.1.8.** Realizar o pagamento pelos serviços prestados conforme as condições e prazos estabelecidos no contrato, sem atrasos ou pendências.
- **10.1.9.** Garantir que os pagamentos sejam feitos de forma transparente e dentro das cláusulas contratuais.
- **10.1.10.** Apoiar a empresa contratada na logística necessária para a realização das atividades, como o acesso ao espaço, autorização de uso de materiais e equipamentos, e apoio para a realização de eventos ou atividades especiais, caso existam.
- **10.1.11.** Garantir as condições adequadas de segurança para os alunos, tanto no espaço de prática quanto nos períodos de deslocamento, quando aplicável.
- **10.1.12.** Certificar-se de que os alunos estejam sob supervisão adequada, durante as atividades, especialmente em situações de emergência.
- **10.1.13.** Facilitar a interação entre a empresa contratada, a comunidade escolar e os pais ou responsáveis, promovendo a participação e o engajamento nas atividades esportivas.
- **10.1.14.** Garantir que a execução do contrato esteja em conformidade com as normas legais e regulamentações locais, estaduais e federais relacionadas à educação, segurança e saúde das crianças e adolescentes.
- **10.1.15.** Fornecer a contratada todo material necessário para a realização das atividades.



11. DAS SANÇÕES ADMINSITRATIVAS

- **11.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- **11.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **11.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **11.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- **11.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta;
- **11.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **11.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **11.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- **11.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- **11.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- **11.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **11.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **11.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste para a contrataçãodireta. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **11.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta,

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.11;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- **11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- **11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- **11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- **11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **11.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **11.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **11.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133,

de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, decorrente da seguinte dotação:

07 – Secretaria Municipal de Educação 03- Educação, Desporto e cultura 2037- Participação Desporto amador de quadras 339039- Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica Red- 241

Conforme a demanda apresentada pelas secretarias as dotações deverão ser retiradas, considerando elas alternarem pelos locais escolhidos.

Cacique Doble-RS, 20 de março de 2025.

Marcio Caprini
Prefeito Municipal